

# Só comunista discorda do pacto

Reunidos numa mesma mesa de debates, o empresário Roberto Della Manna e o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Antonio Toschi, defenderam ontem a necessidade de um pacto social para o País, como forma de enfrentar a crise atual. Eles também concordaram nas críticas à classe política, pois entendem que ela está distante das discussões entre trabalhadores e empresários. O deputado Roberto Freire (PCB-PE), entretanto, acredita que o único pacto possível está acontecendo na Constituinte, onde se preparam as regras para o processo de continuidade da transição democrática.

Os três participaram do simpósio "Transição Política: Necessidade e Limites da Negociação", promovido pela USP e que contou ainda com a presença do cientista social Leôncio Martins Rodrigues. Reunindo lideranças com propostas políticas tão diferentes, o simpósio quase terminou num confronto direto entre Roberto Freire e Della Manna. O empresário ficou visivelmente irritado durante o discurso do deputado,

olhando a todo o momento para as paredes e o teto enquanto juntava os dedos das mãos. Antônio Toschi também teve seus entreveros — mais com Freire do que com Della Manna.

Na opinião do deputado, não existe distinção entre pacto político e social. Para ele, a Constituinte é o fórum ideal para discussões sobre a transição democrática brasileira. "O que está faltando? Um palácio? Um rei?", ironizou, referindo-se às comparações entre o Brasil e a Espanha, onde os pactos foram firmados no Palácio da Moncloa. Segundo o deputado, a transição está acontecendo na Constituinte e dela resultará um pacto permanente para o País.

Mesmo assim, Roberto Freire vê alguns riscos para a Constituinte. Na sua opinião, ela poderá criar uma Constituição já morta, se não acompanhar os avanços da sociedade. O risco existe, segundo ele, porque alguns protagonistas estão radicalizando suas posições, até mesmo como forma de impedir que a nova Carta garanta a continuidade do processo de transição para um regime democrático. Pactos entre trabalhado-

res e empresários, a seu ver, são apenas acordos para resolver a crise econômica.

O sindicalista Antônio Toschi não gostou da idéia de deixar as discussões por conta dos políticos. "Eu fui eleito pela minha categoria; não fui eleito quanto qualquer deputado. Não sou marajá nem levanto às 9 ou 10 horas da manhã. Acordo às 4 e sou mecânico. Acho que tenho de ser ouvido para discutir qualquer pacto", desabafou. Segundo ele, a luta de classes é provocada pelo próprio governo, que não participa das negociações entre patrões e trabalhadores e ainda impõe pacotes econômicos. Toschi acha que os políticos estão tão amedrontados com a possibilidade de um golpe militar que não fazem nada pelos trabalhadores. "Eles só falam do perigo dos verdes. Parece que viramos todos ecologistas", afirmou, resumindo: "Não acredito na intenção dos homens do poder".

Coordenador do Grupo 14 da Fiesp, o empresário Roberto Della Manna garantiu que está disposto a

"negociar até a exaustão". Lembrou que fracassos anteriores, como o acordo tentado pelo ministro Almir Pazzianotto, não devem servir de parâmetro para novas discussões. Ele acusou também a classe política de não ter acompanhado as negociações com Pazzianotto, deixando patrões e empregados sem apoio. "Não será o malogro de uma tentativa (tímida, diga-se de passagem) que nos afastará da mesa de negociação. E essa a disposição dos empresários paulistas", garantiu.

Segundo ele, os empresários só não podem abrir mão do regime de livre iniciativa dentro da economia de mercado que inclui, "necessariamente, a questão do lucro". Ao mesmo tempo, atacou uma "minoria estatizante" na Constituinte. Nesse ponto das conferências, o deputado Roberto Freire reagiu, lembrando que uma negociação entre empresários e trabalhadores é política. Segundo ele, um pacto social não tem sentido porque o Estado, que seria o intermediador, não é neutro, "mas instrumento de dominação de uma classe, no caso, os patrões".



Alencar Monteiro

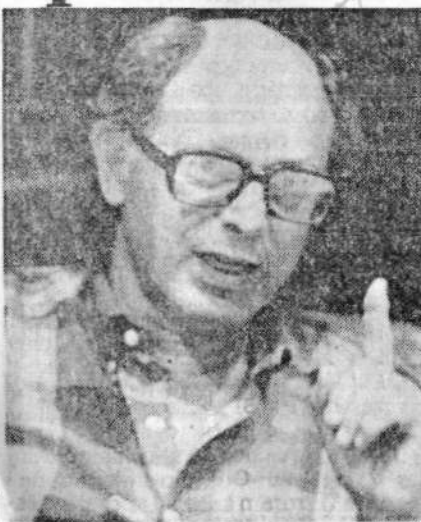
Maciel insiste no presidencialismo e no pacto político

## "Centro-esquerda" tem maioria

Para quem imagina a Câmara de Deputados identificada com uma corrente ideológica de centro-direita, recente pesquisa sobre o perfil dos parlamentares, coordenada pelo cientista político Leôncio Martins Rodrigues, traz uma grande surpresa: nada menos que 53% deles consideram-se de centro-esquerda ou da chamada esquerda moderada. Apenas 4% admitiram pertencer à esquerda radical, mas absolutamente ninguém assumiu a condição de direita radical.

Idealizada pelo próprio Leôncio, a pesquisa foi aplicada e tabulada pelo *Jornal da Tarde* e está prestes a transformar-se em livro, publicado pela OESP Gráfica. Trata-se de trabalho autoclassificatório, ou seja, os próprios parlamentares responderam a questionários sobre suas concepções ideológicas. O resultado mostrou panorama bastante diferente daquele apresentado em análises sobre o perfil dos deputados e da Assembléia Nacional Constituinte. Afinal, são os próprios parlamentares dizendo o que pensam sobre si mesmos.

Os primeiros dados foram divulgados pelo professor Leôncio durante o simpósio "Transição Política: Necessidade e Limites da Negociação", promovido pela USP a pedido do presidente José Sarney. Leôncio quis demonstrar o quanto é difícil fazer um pacto político no Brasil com concepções tão distintas e, às vezes, até contraditórias, coexistindo nos partidos e na Aliança Democrática, em particular. No PFL, conforme os números do professor, 72% dos deputados classificaram-se como de centro; no PMDB, esse percentual cai para 22%. A maioria dos peemedebistas (74%) identificou-se co-



26/04/86

Leôncio Martins Rodrigues

mo de esquerda moderada. Só uma minoria de 18% no PFL também se considera ligada à mesma corrente ideológica.

Na classificação centro, o PFL divide espaço com o PDS (69% dos seus parlamentares) e com o PTB (54%), mas perde para o PL e o PDC juntos (78%). Embora pareça estranho, há ainda uma parcela no PDS de centro-esquerda (10%), convivendo com outros 33% de petebistas e 38% do conjunto PT/PCB/PC do B/PSB. Os 4% de radicais de esquerda ficaram divididos entre uma parcela irrisória do PMDB (apenas 2% da bancada) e a grande maioria do PT, PCB, PC do B e PSE (62%). A porcentagem de radicais de direita é zero.

Esses números dão um total de 53% de deputados identificados com

a esquerda moderada, resultado de 420 questionários respondidos — são 487 parlamentares na Câmara. Em segundo lugar estão os políticos de centro, representados por 37%, e depois os de direita moderada ou centro-direita (6%). Estes, em sua maioria, estão agrupados no PDS (21%) e no PTB (13%). O PDT está composto, praticamente, de deputados identificados com a esquerda moderada (95%).

### NOVA REALIDADE

Outro dado revelador da pesquisa refere-se às profissões dos parlamentares. Enquanto se imagina que a maioria integra setores empresariais urbanos ou rurais, o trabalho do professor Leôncio mostra outra realidade: 50% da Câmara é composta por profissionais liberais, como advogados, engenheiros, médicos e jornalistas, entre outras carreiras. Mesmo assim, o segundo lugar (32%) ainda pertence ao grupo empresarial. Outros 12% pertencem ao setor público (juizes, delegados de polícia, diplomatas, militares, por exemplo). Apenas 3% dos deputados representam as classes médias e operárias. Os 3% restantes dividem-se em várias atividades ou não foram identificados.

Os profissionais liberais são maioria até mesmo no grupo PT/PCB/PC do B/PSB: 62% das bancadas. Ainda assim, juntos, eles têm a maior representação das classes médias e operárias (30%). Mas é no PMDB onde se encontram 56% de deputados dedicados a profissões liberais. A representação empresarial fica por conta do conjunto PL/PDC, com 64% das bancadas e PDS (58%). Nesse item, a pesquisa conseguiu reunir 100% dos parlamentares.

## Covas aceita discutir o pacto político

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, não quer ser acusado de radical e está disposto a sentar-se com representantes do governo para discutir a sua última sugestão de pacto político. Ainda que sem propostas formuladas, o senador de São Paulo explicou que conversará sobre o assunto para procurar saídas para a grave crise que aflige o País.

Desde já, no entanto, adverte que o recente pacote econômico do governo — por suas conseqüências sociais negativas — representa um obstáculo a ser superado para que possa haver o entendimento. Mário Covas reconheceu que seu partido, o PMDB, está sem ação diante do problema, que só será examinado pelos peemedebistas na convenção de julho próximo.

### PTB, Quase Fora

Se depender do diretório regional de São Paulo, o PTB não integrará o pacto proposto pelo presidente José Sarney na entrevista concedida quarta-feira em Brasília. Ontem, o deputado Vicente Botta discursou na Assembléia Legislativa para dizer que o PTB — "fiel às suas tradições e à sua luta" — não pode ficar ao lado daqueles que, na "Nova República, têm cometido os mais sérios e graves erros na condução da política econômica, prejudicando o desenvolvimento do País".

## Maciel afirma que Legislativo é fraco

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

"Não é exato que o Executivo seja forte no Brasil. O que ocorre é que os outros poderes são fracos." A opinião é do presidente do PFL, senador Marco Maciel, preocupado com a possibilidade de a nova Constituinte, não sendo presidencialista nem parlamentarista, gerar dualidade prejudicial ao País. Para Marco Maciel, "confunde-se a necessidade de fortalecer o Congresso com uma outra necessidade, a de adotar o parlamentarismo".

Na atual fase de transição, afirmou o senador, mais do que um pacto social, é necessário um pacto político, que consolide as bases de um Estado democrático, dando maior eficácia, rapidez e legitimidade ao processo decisório nas áreas política econômica e social. Esse pacto, insistiu o presidente do PFL, deve ser negociado inicialmente pelos partidos, para que seja realizável. E uma negociação política, frisou ele, "pressupõe a fixação de alguns objetivos comuns, aceitáveis por todos os interessados".

Para tornar a negociação interpartidária efetiva, consolidando o processo de transição em curso e ampliando os entendimentos partidários a nível institucional, Maciel declarou-se disposto a conversar com todos os partidos. E lembrou que o primeiro e natural interlocutor deveria ser o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães.

O PFL, porém, enfrenta crise de identidade. Ontem, os deputados que compõem o chamado grupo "moderno", que defende posições mais avançadas e questiona a liderança do deputado José Lourenço na Constituinte, pediu a Marco Maciel maior participação na elaboração da nova Carta, especialmente no que diz respeito aos entendimentos entre as diferentes correntes políticas.

Alguns representantes do grupo — entre eles Ricardo Izar, Lúcio Alcântara, José Jorge Guilherme Palmeira — estiveram reunidos com Maciel durante uma hora. No encontro, os "modernos" insistiram na necessidade de novo estilo partidário. Segundo eles, adotar posições mais ousadas constitui peça-chave para a campanha de mobilização que o PFL planeja, visando obter bons resultados nas eleições municipais de 1988.

Pela manhã, em reunião com as bancadas liberais na Constituinte, Maciel insistiu na necessidade de o partido ampliar sua atuação nos sindicatos, universidades, movimentos feministas, ecológicos e grupos de pequenos e microempresários. O presidente do PFL quer que o partido seja eficiente canal entre a Nação e o Estado, entre povo e governo. E lembrou que, na nova fase, o PFL fará reunião da direção nacional com as direções regionais. No encontro, marcado para dia 23 em Brasília, os temas serão a avaliação do Plano Bresser, as políticas de preços, salários, tarifas e dívida pública interna.